

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.808.997 - AM (2019/0103776-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : DOMINGOS GERSON DE SABOIA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**EMBARGADO : FABIO GONZAGA SABOIA**  
**ADVOGADO : HELIANDRO BRANDÃO DE LIMA - AM004894**

## **DECISÃO**

### **Expediente avulso referente à Petição n.º 510334/2019.**

Por meio da petição de fls. 3/10, que deu origem ao presente expediente avulso nos autos do REsp 1.808.997/AM, a Defensoria Pública do Estado do Amazonas requer o acolhimento dos presentes **embargos de declaração**, admitindo-se o recurso especial, tendo-o como tempestivo e ao final dando-lhe provimento.

São as seguintes alegações do embargante:

- a) "Não houve certificação nos autos da data intimação no portal eletrônico da Defensoria Pública do Estado Amazonas, não bastando o termo de ciência que está desprovido do nome da pessoa que fora intimada, pois somente quatro defensores poderão peticionar com o token da instituição" (fl. 3);
- b) o recurso especial estaria tempestivo em razão do litisconsórcio entre Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal;
- c) Ausência do nome do subscritor do recurso especial, uma vez que atua nos autos por designação especial e não possui acesso ao portal eletrônico da Defensoria Pública Estadual;

Arguindo acerca das hipóteses de cabimento do agravo interno, o embargante alega que o tribunal *a quo* admitiu o recurso especial e, portanto, seria ele tempestivo.

Questiona a competência desta Presidência para análise do recurso especial e aduz a nulidade do processo por ausência de manifestação do Parquet, em razão do disposto nos arts. 75 e 77 do Estatuto do Idoso.

É o relatório. Decido.

Inviável o acolhimento da pretensão aqui deduzida.

Quanto à ausência do nome do defensor que deu ciência à intimação da

# Superior Tribunal de Justiça

decisão que não conheceu do recurso especial, consigno que "Não é obrigatória a cientificação pessoal do membro da Defensoria Pública oficiante nos autos que serão submetidos a julgamento, sendo suficiente a prova da inequívoca ciência da referida instituição, ficando a cargo desta a organização da forma como atuarão os seus membros, mormente em razão do princípio da indivisibilidade que a rege, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 80/1994. Precedentes" (HC 333.515/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 1º/12/2015, DJe 14/12/2015).

Assim, ao promover a intimação em nome da Defensoria Pública, considera-se o princípio da indivisibilidade, o qual significa que um Defensor Público poderá substituir outro quando necessário. Nem sempre será o mesmo agente público presente na audiência que, posteriormente, será o responsável pela impugnação dos atos nela praticados. Outrossim, para reforçar este entendimento, da análise dos autos, constato que, ainda no juízo de primeiro grau, houve pedido formal do embargante quanto à intimação dos "membros da Defensoria Pública do Estado do Amazonas" (fl. 93) e não em nome de um único defensor, não restando comprovado qualquer prejuízo decorrente da intimação em nome da Defensoria Estadual.

Ainda quanto à intimação, com efeito, desde a alteração implementada no RISTJ pela Emenda Regimental n. 19, de 11/11/2015 (art. 65-A), achando-se a parte, como no presente caso, assistida por Defensoria Pública Estadual, as intimações a cargo do STJ não mais podem recair na Defensoria Pública da União, mas unicamente na congênere estadual. Logo, a intimação da decisão de fls. 327/328, porque efetivada quando já vigente a mencionada Emenda Regimental n. 19, não poderia ter sido feita junto à DPU, como informa e requer o embargante.

Quanto ao prazo consignado na decisão embargada, fora considerado o prazo em dobro para a Defensoria e, mesmo assim, o recurso especial não fora conhecido em razão de sua intempestividade (prazo de 30 (trinta) dias úteis, nos termos art. 186, do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do CPC), não cabendo falar em prazo maior que o considerado em razão de litisconsórcio, pois este consiste na pluralidade de partes no mesmo polo de determinada lide e não na pluralidade de defensores em sentido geral.

Acerca da admissão do recurso especial pelo Tribunal *a quo*, de acordo com

# Superior Tribunal de Justiça

a jurisprudência do STJ, "o juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico. A decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Isso porque compete a esta Corte, órgão destinatário do recurso especial, o juízo definitivo de admissibilidade" (AgInt no REsp n. 1.684.240/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/2/2018).

Do mesmo modo, certidão lavrada por servidor público ou pelo sistema nos autos do processo que atesta a tempestividade do recurso não impede o reexame desse requisito pelo STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp n. 770.786/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 8/3/2010; e AgRg no AREsp n. 703.592/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/8/2015.

Em relação à alegada violação aos artigos 75 e 77 do Estatuto do Idoso, registro que a participação processual, como *custos legis*, do Ministério Público deve circunscrever-se aos casos previstos no artigo 74, inciso II, do Estatuto do Idoso, em interpretação conforme a Constituição Federal e sistemática em relação à própria Lei n. 10.741/2003. Sendo assim, após devidamente intimado da decisão de não conhecimento do recurso especial (certidão de fl. 330), o Ministério Público Federal não julgou necessária sua intervenção no presente feito.

A delegação de competência à Presidência do Superior Tribunal de Justiça para julgamento dos feitos manifestamente inadmissíveis está prevista no Regimento Interno, de acordo com as regras internas de distribuição de competência.

Nos termos do art. 21-E, V, do RISTJ, entre as atribuições do Presidente antes da distribuição está "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tiver impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida".

Não há "violação ao princípio do juiz natural, pois o recurso não foi julgado por órgão judicial de exceção, mas pelo tribunal competente estabelecido pela Constituição e pela Turma deste definida por livre distribuição entre aquelas competentes de acordo com as normas regimentais aplicáveis, tudo na forma de regras impessoais definidas previamente, sem qualquer consideração sobre o caso concreto e as pessoas envolvidas" (AR n. 3.695/GO, relator Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe de 7/10/2016).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em conclusão, o processo deve ser uma sequência de atos ordenados, com o propósito de servir à prestação jurisdicional. Por outro lado, a prestação jurisdicional não pode durar para sempre. O processo nasce direcionado a um fim e ao seu próprio fim. Não pode ser um instrumento de perseguição infinita do direito material. Nesse sentido, a observância dos prazos constitui direito das partes, representa a garantia de segurança jurídica, bem como garante a característica temporal do processo.

Nesse sentido, o prazo para a parte contestar a decisão que lhe foi desfavorável era peremptório e não houve apresentação de justa causa para a sua reabertura. Assim, tendo sido encerrado o prazo sem a prática do ato, desaparece a possibilidade de praticá-lo. É o que se chama de preclusão e, no caso, temporal. Dessa forma, as alegações trazidas nestes embargos de declaração agora não podem ser conhecidas para os fins que se propõem, uma vez que preclusa a oportunidade.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO dos embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente